

CAMPANHA SALARIAL 2018

Participação dos bancários(as) é determinante!

Págs. 2 e 3

Todos os direitos estão em perigo!

**CCJ do Senado aprovou demissão de
servidor público, pág. 4**

Cassi e Ecnomus ameaçados, pág. 4

CAMPANHA SALARIAL 2018

Agora é guerra em defesa dos direitos conquistados em 85 anos de luta!!!

Com o negociado acima do legislado: todos os direitos e empregos estão em jogo nesta Campanha Salarial!

A Reforma Trabalhista traz o negociado sobre o legislado, isso significa que direitos antes garantidos pelo CLT, agora podem ser rebaixados.

Além disso, a partir de 1º de setembro todos os direitos contidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) estão suspensos pelo fim da ultratividade que renovava

automaticamente as cláusulas sociais que dá a faca e o queijo na mão do patrão.

Os bancos podem cortar tíquetes, plano de saúde, PLR para pressionar pelo fim da greve e impor corte de direitos no Acordo Coletivo. A greve pode ter início antes de setembro para pressionar bancos a prorrogar e garantir os direitos.



O que é preciso para defender nossos direitos?

- 1 Greve forte e solidária pela manutenção dos direitos, empregos, melhoria dos salários e PLR;
- 2 Unificação total da categoria (privados, BB e Caixa) para fortalecer as negociações;
- 3 Adesão maciça da gerência à GREVE;
- 4 Fortalecimento do Sindicato.

Greve forte para pressionar os bancos

- 1 O caminho é a greve mais forte da história para desestabilizar o sistema financeiro;
- 2 O Sistema parece forte, mas é frágil calcado em créditos sem lastros;
- 3 Quanto mais a população retira dinheiro mais o desestabiliza;
- 4 A greve também afeta o comércio, que por sua vez pressiona os banqueiros.

Por que da Unificação?

- 1 Não podemos cair na armadilha de segmentar as negociações por bancos ou faixas salariais;
- 2 Isto é o que o governo e os banqueiros querem para retirar direitos;
- 3 Principalmente dos funcionários do BB e Caixa. E já começaram com reestruturações e ameaça de extinção da Cassi e Economus;
- 4 No governo de FHC, os bancários do BB e Caixa ficaram oito (8) anos recebendo abono ou índices abaixo da inflação por negociarem em separado, cada um por sua conta;
- 5 Chegou ao ponto de um escriturário do BB ter o menor salário de toda a categoria.

Retirar direitos é meta dos bancos!

- 1 Os banqueiros acenam com jornadas de 8h até 12h;
- 2 Inclusão do trabalho nos fins de semana;
- 3 Exterminar horas extras e banco de horas;
- 4 PLRs menores ou mesmo o fim;
- 5 Diminuição de salários;
- 6 Corte dos planos de saúde;
- 7 Terceirização, trabalho em casa (home office), pejotização e tantos outros ataques.

GERENTE deve fazer greve para resguardar seu emprego e direitos!!!

- 1 Pessoa Jurídica (PJ) - bancos já estão contratando gerentes Pessoas Jurídicas (PJs), sem direitos, sem 13º, sem férias, sem FGTS, sem plano de saúde, sem final de semana, sem nada.
- 2 Para quem ganha acima de R\$ 11.290 e tem curso superior – os bancos poderão fazer acordo individual ficando vulnerável a perder tudo. O Sindicato não vai permitir que nenhum bancário fique de fora do acordo coletivo, mas precisa de sua adesão na GREVE!

SE NÃO LUTAR JUNTO vai perder emprego e direitos.

LUTAR é a única garantia!

Fim do Imposto facilita retirar direitos!

- 1 Objetivo do fim do Imposto Sindical é colocar a categoria contra seu sindicato e desequilibrá-lo financeiramente para que não consiga organizar manifestações, greves e defender os bancários;
- 2 Abre caminho para Fenaban suprimir direitos que a reforma tornou disponível de negociação como o do fim da PLR, rebaixar salários, aumentar jornada e por fim aos planos de saúde subsidiados;
- 3 É quase impossível a luta por direitos de forma individual, a coletividade é essencial aos trabalhadores e organizada pelo sindicato;
- 4 A reforma, no que foi relativa à contribuição sindical, é um grave atentado ao trabalhador;
- 5 E é inconstitucional!



SÓ A LUTA MUDA A VIDA!

EXPEDIENTE
Órgão Informativo dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santos e Região
Endereço: Av. Washington Luis, 140 - Santos/SP | CEP: 11.050-200 | Fone/Fax: (13) 3202 1670
Presidente: Eneida Figueiredo Koury | Secretário Geral: Ricardo Luiz L. Saraiva - Big | Secretário de Imprensa e Comunicação: Fabiano M. Couto
Edição: Luiz Gustavo de Mesquita Soares (Mtb 22.959) | Textos: Gustavo Mesquita e Fernando Diegues (Mtb 41.384)
Diagramação: Adriano Trindade da Silva (Mtb 60.654) | Fotografia: Gustavo Mesquita, Fabiano Couto, Adriano Trindade e Fernando Diegues
Impressão: JCA Gráfica | Tiragem: 6.000 exemplares



CURTA NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK:

facebook.com/santosbancarios



Greve forte para combater

- A diminuição de salário;
- O fim da PLR;
- Nas negociações individuais os banqueiros irão impor seus interesses;
- A extinção da jornada de 6 horas e ter incluída a jornada de 12h;
- Perder sábado, domingo e feriado livre;
- A diminuição do horário de almoço para 30 minutos na jornada de 8h;
- A imposição de datas para parcelar férias em 3 vezes;
- A perda do amparo da convenção coletiva e das leis da CLT caso negocie individualmente;
- O rodízio de trabalhadores com demissões em massa;
- A contratação terceirizada, a possibilidade do fim do FGTS e da contribuição previdenciária;
- As dificuldades para recorrer à justiça do trabalho;
- A pejetização, terceirização ou quarteirização;
- A rescisão de contrato sem auxílio-desemprego;
- A retirada da 7ª e 8ª horas.

Rescisão homologada fora do sindicato já atinge bancários

Estamos tentando reverter a situação. Mas, em caso de demissão é importante avisar o Sindicato para acompanhar a homologação, identificar e fiscalizar eventuais injustiças.

CCJ do Senado aprovou demissão de servidor público

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou (4/10/17) regras (PLS 116/17) para a demissão de servidor público estável por “insuficiência de desempenho”, aplicáveis em níveis federal, estadual e municipal. O projeto de lei da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ainda tem que ir ao plenário da Casa.

Planos de saúde Cassi e Economus ameaçados

O governo federal divulgou ofício em que orienta a “aplicação imediata” de diversas determinações incluídas na resolução 23 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), que ameaça a sustentabilidade dos planos de saúde dos empregados em empresas públicas federais, como Cassi e Economus.

1. Paridade na contribuição entre associados e BB;
2. Limita aportes do BB a 8% da folha do pagamento;
3. Proíbe o custeio do BB aos futuros aposentados;
4. Impede a convocação de novos concursos com garantia de plano de assistência à saúde;



5. Determina cobrança de contribuição por faixa etária e renda, extinguindo o princípio da solidariedade; permite a contratação de planos diferenciados entre associados.
6. Proíbe o BB como mantenedor e onera o associado em caso de deficit;
7. Retira os pais como dependentes.